

1 Contexto operacional

A Diagnósticos da América S.A. “Controladora” e em conjunto com suas controladas “Grupo DASA” ou “Companhia”, está sediada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto com o seu registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), código de negociação DASA3, em 5 de novembro de 2004 para negociação dos seus valores mobiliários no mercado de bolsa.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços:

- i. auxiliares de apoio diagnóstico (SAD) a pacientes particulares ou empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, outras modalidades de custeio da saúde, incluindo análises clínicas e vacinação, diretamente, ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; bem como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD), exclusivamente por meio de empresas médicas especializadas, principalmente nas áreas de: (i) citologia e anatomia patológica; (ii) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (ii) medicina nuclear;
- ii. médicos ambulatoriais com abrangência para consultas médicas, procedimentos ambulatoriais, procedimentos ambulatoriais com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos e exames complementares e administração de medicamentos para pacientes particulares ou empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar ou outras modalidades de custeio da saúde.

A Companhia também atua na exploração de atividades relativas a: (i) realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliar riscos ao ser humano; (ii) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (iii) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de atuação da Companhia; (iv) outorga e administração de franquias empresariais, compreendendo fundo de propaganda e divulgação, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores de equipamentos e material de pesquisa, entre outros.

A Companhia também tem como objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

A Administração entende que as semelhanças operacionais e de negócio entre as empresas que compõem o Grupo DASA, com relação a características econômicas, prestação de serviços e processos de produção, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico, a Companhia define como: “serviços auxiliares de apoio ao diagnóstico” como o único segmento operacional e única unidade geradora de caixa, para fins de análise e tomada de decisão por parte da administração, sobre as atividades operacionais da Companhia.

2 Aquisições de controladas (Combinação de negócios)

As informações sobre aquisições de controladas no exercício 2017, que sofreram alterações durante o exercício de 2018:

Aquisições no exercício de 2017

- Salomão e Zoppi Serviços Médicos e Participações S.A.

Em 21 de setembro de 2018, a Companhia arquivou na Secretaria da Receita Federal o laudo de avaliação econômico-financeira elaborado por avaliador independente, requerido pela Lei nº 12.973,

Artigo 20, parágrafo 3º, o valor justo de ativos e passivos adquiridos e ágio por rentabilidade futura do Salomão e Zoppi Serviços Médicos e Participações S.A. (“SZD”).

- Laboratório Médico Santa Luzia S.A.

Em 5 de junho de 2018, a Companhia arquivou na Secretaria da Receita Federal o laudo de avaliação econômico-financeira elaborado por avaliador independente, requerido pela Lei nº 12.973, Artigo 20, parágrafo 3º, o valor justo de ativos e passivos adquiridos e ágio por rentabilidade futura do Laboratório Médico Santa Luzia S.A. (“Santa Luzia”).

- MOB Laboratório de Análises Clínicas Ltda.

Em 5 de junho de 2018, a Companhia arquivou na Secretaria da Receita Federal o laudo de avaliação econômico-financeira elaborado por avaliador independente, requerido pela Lei nº 12.973, Artigo 20, parágrafo 3º, o valor justo de ativos e passivos adquiridos e ágio por rentabilidade futura do MOB Laboratório de Análises Clínicas Ltda. (“MOB”).

Aquisições no exercício de 2018

- Laboratório Deliberato de Análises Clínicas Ltda.

A Companhia adquiriu em 02 de abril de 2018, 100% do capital social do Laboratório Deliberato de Análises Clínicas Ltda., (“Laboratório Deliberato”), sociedade com sede na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo. O Laboratório Deliberato atua nos Municípios de Itaquaquecetuba, Arujá, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Poá, Santa Izabel e Suzano, todos situados no Estado de São Paulo, por meio de seus 11 estabelecimentos, entre unidades de atendimento e laboratório central.

O valor inicial de aquisição do Laboratório Deliberato registrado pela Companhia foi de R\$ 32.361, que é composto de: (i) pagamento a título de sinal de R\$ 2.500 em 22 de dezembro de 2017 e R\$ 5.076 em 20 de março de 2018; (ii) parcela à vista de R\$ 16.785 em 02 de abril de 2018, data de aquisição; e (iii) três parcelas anuais corrigidas pela variação de 100% da Taxa DI sendo: 1ª. parcela de R\$ 3.200 em 13 de março de 2019; 2ª. parcela de R\$ 3.200 em 13 de março de 2020 e a 3ª. parcela de R\$ 1.600 em 12 de março de 2021.

Adicionalmente, foi aplicada (i) redução no preço de aquisição no montante de R\$ 776 em razão da variação negativa do endividamento líquido verificada em 01 de abril de 2018, e (ii) aumento no preço de R\$ 2.572 representado pelas superveniências ativas relacionadas no contrato de aquisição, que são repassadas aos vendedores após o recebimento pelo Laboratório Deliberato.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia:

Ativo		Passivo	
Circulante	3.650	Circulante	7.011
Caixa e equivalentes de caixa	21	Fornecedores	2.374
Clientes	3.329	Empréstimos e financiamentos	2.466
Impostos a recuperar	272	Salários e encargos a pagar	893
Outros créditos	28	Impostos a pagar	689
		Impostos parcelados	589
Não circulante	291	Não circulante	891
Imobilizado	285	Impostos parcelados	506
Intangível	6	Provisão para contingências	385
		Patrimônio líquido negativo	(3.961)
Total do ativo	3.941	Total do passivo e patrimônio líquido	3.941

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio de R\$ 38.118, sendo o preço de aquisição ajustado de R\$ 34.157 e o Patrimônio Líquido de R\$ 3.961. O fluxo de caixa líquido foi negativo de R\$ 349.

- Cromossomo Participação V S.A.

A Companhia adquiriu em 13 de abril de 2018, 100% do capital social da Cromossomo Participações V S.A. (“CROMO V”), sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O valor da aquisição do CROMO V registrado pela Companhia foi de R\$ 3.906, pago integralmente na data de aquisição.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia:

Ativo		Passivo	
Circulante	84	Circulante	1.666
Caixa e equivalentes de caixa	84	Contas a pagar por aquisições de participação	1.666
Não circulante	5.463	Patrimônio líquido	3.881
Investimento	5.463		
Total do ativo	5.547	Total do passivo e patrimônio líquido	5.547

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio de R\$ 25, sendo o preço de aquisição ajustado de R\$ 3.906 e o Patrimônio Líquido de R\$ 3.881. O fluxo de caixa líquido foi de R\$ 66.

- Insitus Serviços Médicos e Laboratoriais Ltda.

A Companhia adquiriu em 18 de abril de 2018, 100% do capital social da Insitus Serviços Médicos e Laboratoriais Ltda. (“Insitus”), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Insitus é um laboratório especializado em hematologia e oncologia, realizando testes na área de citogenética tumoral, citogenética molecular, citogenética constitucional, citogenética fetal e pós-natal; citometria de fluxo; biologia molecular em hematologia, biologia molecular em oncologia e imunohistoquímica. A Insitus atende em hospitais, laboratórios de medicina diagnóstica que necessitam de apoio ou suporte nestas áreas, projetos e protocolos de pesquisa nacionais e internacionais, cobrindo todo o território nacional e mais cinco países da América latina.

O valor da aquisição da Insitus registrado pela Companhia foi de R\$ 7.023, sendo R\$ 6.321 pago à vista e uma parcela de R\$ 702 com vencimento para 18 de abril de 2019.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia:

Ativo		Passivo	
Circulante	289	Circulante	952
Caixa e equivalentes de caixa	103	Fornecedores	185
Clientes	154	Empréstimos e financiamentos	75
Impostos a recuperar	2	Salários e encargos a pagar	270
Outros créditos	30	Imposto de renda e contribuição social	13
		Impostos a pagar	48
		Impostos parcelados	258
		Outras contas a pagar	103

Não circulante	529	Não circulante	179
Imobilizado	444	Impostos parcelados	179
Intangível	85		
		Patrimônio líquido negativo	(313)
Total do ativo	818	Total do passivo e patrimônio líquido	818

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio de R\$ 7.336, sendo o preço de aquisição ajustado de R\$ 7.023 e o Patrimônio Líquido de R\$ 313. O fluxo de caixa líquido foi negativo de R\$ 83.

- Fernando Henriques Pinto Junior & Cia Ltda.

A Companhia adquiriu em 01 de outubro de 2018, 90% do capital social da Fernando Henriques Pinto Junior & Cia Ltda. (“Padrão Ribeirão”), sociedade com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. O Padrão Ribeirão atua no segmento de análises clínicas por meio de uma unidade de atendimento no município de Ribeirão Preto e três hospitais sendo: Unimed Ribeirão Preto, Hospital São Paulo e Hospital Imaculada Conceição – Sociedade Portuguesa de Beneficência.

O valor da aquisição do Padrão Ribeirão registrado pela Companhia foi de R\$ 11.200, sendo R\$ 6.720 pago à vista e R\$ 4.480 serão pagos em três parcelas anuais e consecutivas, as quais serão corrigidas pela variação de 100% do CDI a partir da data de assinatura do contrato até a data de seu efetivo pagamento, o vencimento da última parcela em 1º de outubro de 2021.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	34	Circulante	1.080
Clientes	21	Fornecedores	394
Outros créditos	13	Empréstimos e financiamentos	51
		Salários e encargos a pagar	527
		Impostos a pagar	101
		Outras contas a pagar	7
Não circulante	237	Patrimônio líquido negativo	(809)
Imobilizado	234		
Intangível	3		
Total do ativo	271	Total do passivo e patrimônio líquido	271

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio de R\$ 11.928, sendo o preço de aquisição ajustado de R\$ 11.200 e o Patrimônio Líquido de R\$ 728. O fluxo de caixa líquido foi negativo de R\$ 220.

- Valeclin Laboratório de Análises Clínicas Ltda.

A Companhia adquiriu em 12 de novembro de 2018, 100% do capital social da Valeclin Laboratório de Análises Clínicas Ltda. (“Valeclin”), sociedade com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A Valeclin atua no segmento de análises clínicas por meio de nove unidades de atendimento, dois postos descentralizados, atendimento domiciliar e a empresas, e quatro hospitais, sendo dois NTHs (Grupo São José e Santa Casa) e dois modelos de apoio (Pio XII e Hospital Antoninho da Rocha).

O valor da aquisição de Valeclin registrado pela Companhia foi de R\$ 43.110, sendo R\$ 17.244 pago à vista e R\$ 25.866 serão pagos em três parcelas anuais e consecutivas, as quais serão corrigidas pela variação de 105% do CDI a partir da data de assinatura do contrato até a data de seu efetivo pagamento, sendo o vencimento da última parcela em 12 de novembro de 2021. A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	5.822	Circulante	4.007
Caixa e equivalentes de caixa	561	Fornecedores	1.473
Clientes	3.845	Empréstimos e financiamentos	299
Impostos a recuperar	275	Salários e encargos a pagar	1.507
Outros créditos	1.141	Impostos a pagar	142
		Impostos parcelados	43
		Outras contas a pagar	543
Não circulante	2.286	Não circulante	2.868
Imobilizado	2.272	Impostos parcelados	2.868
Intangível	14		
		Patrimônio líquido	1.233
Total do ativo	8.108	Total do passivo e patrimônio líquido	8.108

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio de R\$ 41.877, sendo o preço de aquisição ajustado de R\$ 43.110 e o Patrimônio Líquido de R\$ 1.233. O fluxo de caixa líquido foi de R\$ 416.

- Ruggeri & Piva Ltda., Maringá Medicina Nuclear Ltda., Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia São Camilo Ltda. e Aliança Biotecnologia Ltda.

A Companhia adquiriu em 19 de dezembro de 2018, 100% do capital social das seguintes sociedades: (i) Ruggeri & Piva Ltda. (“Ruggeri”); (ii) Maringá Medicina Nuclear Ltda. (“Maringá”); (iii) Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia São Camilo Ltda. (“São Camilo”); e (iv) Aliança Biotecnologia Ltda. (“Aliança”), todas as sociedades com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná. As sociedades adquiridas atuam no segmento de análises clínicas, imagem e apoio por meio de dezenove unidades de atendimento.

O valor total das aquisições registrado pela Companhia foi de R\$ 100.280, correspondente a totalidade das quotas do capital social da Ruggeri R\$ 62.165, Maringá R\$ 28.040, São Camilo R\$ 5.483 e Aliança R\$ 4.592, sendo: (i) o montante de R\$ 85.238 foi pago à vista; (ii) R\$ 5.014 será pago um ano após a data de aquisição corrigido até a data de sua liberação pela variação do CDI, podendo sofrer ajustes conforme cláusula contratual; e (iii) R\$ 10.028 será pago em cinco parcelas iguais e anuais, corrigidas até a data de sua liberação pela variação do CDI, ressalvando que havendo perdas devidas na forma de cláusula contratual, e ou perdas potenciais, tais valores serão total ou parcial compensados com o que for devido para a vendedora. A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

ATIVO	Ruggeri	Maringá	São Camilo	Aliança	PASSIVO	Ruggeri	Maringá	São Camilo	Aliança
Circulante	5.461	4.411	1.047	298	Circulante	4.640	2.849	462	836
Caixa e equivalentes de caixa	770	200	482	67	Fornecedores	2.531	769	211	143
Clientes	3.714	2.103	341	171	Empréstimos e financiamentos	-	905	-	465
Impostos a recuperar	877	1.907	2	41	Salários e encargos a pagar	1.650	904	198	176
Outros créditos	100	201	222	19	Impostos a pagar	125	89	41	33
					Outras contas a pagar	334	182	12	19
Não circulante	997	5.740	81	333	Não circulante	8.800	2.033	-	-
Depósitos Judiciais	88	27	3	3	Empréstimos e financiamentos	-	2.033	-	-
Investimentos	29	92	9	6	Provisão para contingências	8.800	-	-	-
Imobilizado	879	5.602	69	314					
Intangível	1	19	-	10	Patrimônio líquido e				
					Patrimônio líquido (negativo)	(6.982)	5.269	666	(205)

Total do ativo	6.458	10.151	1.128	631	Total do passivo e patrimônio líquido	6.458	10.151	1.128	631
----------------	-------	--------	-------	-----	---------------------------------------	-------	--------	-------	-----

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio para as empresas abaixo, conforme demonstrado abaixo. O fluxo de caixa líquido foi de R\$ 1.429.

(i) Ruggeri; A Companhia registrou o ágio prévio de R\$ 69.147, sendo o preço de aquisição R\$ 62.165 e o Patrimônio Líquido de R\$ 6.982. (ii) Maringa: A Companhia registrou o ágio prévio de R\$ 22.771, sendo o preço de aquisição R\$ 28.040 e o Patrimônio Líquido de R\$ 5.269. (iii) São Camilo: A Companhia registrou o ágio prévio de R\$ 4.817, sendo o preço de aquisição R\$ 5.483 e o Patrimônio Líquido de R\$ 666. (iv) Aliança: A Companhia registrou o ágio prévio de R\$ 4.797, sendo o preço de aquisição R\$ 4.592 e o Patrimônio Líquido de R\$ 205.

3 Reestruturação societária - Incorporação de controladas

A Companhia efetuou incorporações de controladas durante o exercício de 2018, onde os saldos de resultado do exercício, resultado abrangente, fluxos de caixa e valor adicionado da controladas incorporada foram contabilizados de forma detalhada, linha a linha, juntamente com os números da controladora. Anteriormente os mesmos eram lançados em uma única linha, a de equivalência patrimonial, e demonstrados com os números consolidados da Companhia.

Biomed, Vital Brasil e Oswaldo Cruz - Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2018, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 12 de janeiro de 2018 entre as administrações da Companhia e das sociedades incorporadas Biomed Diagnósticos Laboratoriais Ltda., Laboratório Médico Vital Brasil Ltda. e Laboratório Oswaldo Cruz Ltda., sendo extintas e sucedidas pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 01 de fevereiro de 2018 com base nos saldos de 31 de janeiro de 2018.

Leme - Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de outubro de 2018, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 12 de setembro de 2018 entre as administrações da Companhia e da sociedade incorporada Leme Laboratório de Endocrinologia e Metabologia da Bahia Ltda., sendo extintas e sucedidas pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 01 de novembro de 2018 com base nos saldos de 31 de outubro de 2018.

Gilson Cidrim e CERPE - Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de novembro de 2018, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 13 de setembro de 2018 entre as administrações da Companhia e das sociedades incorporadas Laboratório de Análises Clínicas Gilson Cidrim Ltda. e Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda., sendo extintas e sucedidas pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 03 de dezembro de 2018 com base nos saldos de 30 de novembro de 2018.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

- (a) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

- (b) Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

4.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 12 - consolidação: determinação se a Companhia e suas controladas detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 17 - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento; e classificação de arrendamento mercantil.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 - aquisição de controlada (combinação de negócios): valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.
- Nota explicativa nº 9 – Contas a receber de clientes – análise da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos;
- Nota explicativa nº 21 – reconhecimento e mensuração de provisão para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 26 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº 28 – Premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente a Diretoria Financeira e alta administração da Companhia.

Caso informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos termos do pronunciamento técnico CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

4.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo;
- Os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram avaliados, reclassificados ou reapresentados. Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas notas explicativas a seguir.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia (veja item 4 a. (iii)). A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (veja (s)). Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio (veja item 4 p.).

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma empresa quando está exposto, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a empresa e tem a influência significativa de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a empresa.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de suas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas. As informações sobre as empresas controladas estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia definiu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

c. Receita operacional

(i) Receitas de serviços

As receitas operacionais correspondem, substancialmente ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável e que benefícios econômicos futuros serão transferidos para Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no resultado do exercício pelo regime de competência e com base nos valores contratados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

Os contratos celebrados entre a Companhia e seus respectivos clientes contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e possuem os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento identificadas.

A obrigação de desempenho nestes contratos refere-se à realização da análise clínica, iniciada com a coleta do material para posterior emissão do laudo diagnóstico, que fica disponível ao usuário clínico por meio do site ou para retirada em uma das unidades de atendimento.

d. Receita financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo, as variações cambiais passivas, despesas bancárias, imposto sobre operações financeiras, imposto de renda pago sobre remessa de juros ao exterior e ainda os juros sobre parcelamento de impostos, descontos financeiros concedidos a clientes, atualização de contingências.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou

recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver, mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

f. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas e de diagnósticos por imagem. Uma provisão para obsolescência foi constituída para os itens sem movimentação há mais de 180 dias.

g. Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada ano fiscal e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

i. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído em investimentos nas demonstrações financeiras da controlada. Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, representa o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado, o ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada ano fiscal e ajustados caso seja apropriado.

j. *Instrumentos financeiros*

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(ii) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia e das suas controladas.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

k. Segregação entre circulante e não circulante

Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das informações financeiras.

l. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme termos do pronunciamento técnico CPC 32 / IAS 12.

(ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iii) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão

de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 e IAS 33.

(iv) *Acordos de pagamento baseado em ações*

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia no curto, médio e longo prazo, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

n. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

o. Provisões

Caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

p. Pagamentos de arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se ele é ou contém um arrendamento.

A Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia e suas controladas concluem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia e suas controladas.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(iii) Pagamentos arrendados

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

q. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

r. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (i). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

6 Pronunciamentos do IFRS, CPC e novos requerimentos legais

6.1 Pronunciamentos normas e interpretações emitidas que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018

CPC 48 – Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - Financial Instruments

O CPC 48 / IFRS 9 - trata da classificação, mensuração e do reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O IFRS 9 foi emitido de forma completa em julho de 2014 e substitui o CPC 38 / IAS 39.

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações do IFRS 9 foram os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado), dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de impairment para ativos financeiro sendo um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas” com base no histórico de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas,

As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no IAS 39 (CPC 39) – Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluídas as regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo, não aplicável para as operações mantidas pela Companhia.

A DASA adotou o CPC 47 / IFRS 15 e o CPC 48 / IFRS 9 usando o método de efeito cumulativo, com efeito de adoção inicial em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2018, com a adoção da norma, o efeito no resultado decorrente das perdas estimadas com glosas e inadimplência sobre o saldo de contas à receber de clientes resultou em uma

reversão de R\$ 42.161 na controladora e R\$ 86.592 no consolidado, apresentada no grupo de Receita operacional na rubrica de reversão/(provisão) por glosas e inadimplência (vide nota explicativa nº 24).

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 são classificados da seguinte forma:

(i) ***Custo amortizado***

Ativos financeiros mantidos pela Companhia são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, menos qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no Resultado Financeiro.

(ii) ***Mensurados ao valor justo por meio do resultado***

Ativos financeiros mantidos pela Companhia mensurados ao valor justo por meio do resultado correspondem aos saldos de títulos e valores mobiliários, com as variações reconhecidas no Resultado Financeiro, por opção da Companhia.

CPC 47 - Receita de contratos com clientes / IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers

Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 (CPC 47), que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. De acordo com este pronunciamento, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 (CPC 47) contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A principal mudança resultante da adoção do IFRS 15 (CPC 47) decorre dos princípios que a Companhia e suas controladas aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A nova norma substitui o IAS 11 - Contratos de Construção e o IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações.

Contraprestação variável

Nossos contratos com convênios e hospitais preveem descontos em nossas receitas por conta de glosas, que representam desconformidade técnica ou administrativa de comprovantes enviados ou serviços prestados em que não conseguimos recorrer ou recusar. Segundo o pronunciamento técnico CPC 47 / IFRS 15, estes descontos deverão ser estimados no momento do reconhecimento da receita do serviço prestado, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer.

A Companhia concluiu que não foi necessário um ajuste referente às glosas no momento inicial do reconhecimento da receita, com base no histórico médio de descontos concedidos por glosas não recuperadas.

Com a adoção da nova norma, em 31 de dezembro de 2018, foi registrado em conta redutora da receita operacional bruta a provisão de glosas no montante de R\$ 24.243 na controladora e R\$ 24.503 no consolidado.

6.2 Pronunciamentos normas e interpretações emitidas, mas que ainda não vigentes

Foram aprovadas e emitidas a seguinte norma e interpretação, que ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil / IFRS 16 – Leases

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento nessa data, a avaliação da Administração se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

Interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos tratamentos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais. Com base, em geral, nos últimos cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento, a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

Alterações à CPC 48 / IFRS 9: Características de pré-pagamento com compensação negativa

Um instrumento de dívida pode ser mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de “SPPI”) e o instrumento é realizado dentro do modelo de negócios apropriado para essa classificação. As alterações esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI, independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente de qual parte paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está realizando as análises necessárias.

Alterações à CPC 33 / IAS 19: Alterações do plano, restrição ou liquidação

As alterações a IAS 19 abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando um aditivo ao plano, redução ou liquidação ocorre durante o período de uma entidade é obrigada a:

- i. Determinar o custo do serviço corrente pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais usadas para medir novamente o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
- ii. Determinar juros líquidos pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, utilizando: o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos sob o plano e os ativos do plano após esse evento; e a taxa de desconto utilizada para medir novamente esse passivo (ativo) líquido de benefício definido.

As alterações também esclarecem que uma entidade primeiro determina qualquer custo do serviço passado, ou um ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do teto do ativo. Esse valor é reconhecido no resultado. Uma entidade então determina o efeito do teto do ativo após a alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos, é reconhecida em outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações do plano ocorridas no ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. Estas alterações aplicar-se-ão apenas a futuras alterações, reduções ou liquidações.

Melhorias Anuais ao Ciclo de Normas IFRS 2015-2017

i. CPC 32 / IAS 12 Imposto de renda

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda dos dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações passadas ou eventos que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos acionistas. Portanto, reconhece os efeitos do imposto de renda sobre os dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido de acordo com o local em que a entidade originalmente reconheceu aquelas transações ou eventos passados.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. Não são esperados efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas.

ii. CPC 20 / IAS 23 Custos de Empréstimos Obtidos

As alterações esclarecem que uma entidade trata como parte de empréstimos em geral qualquer empréstimo originalmente feito para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar aquele ativo para o uso pretendido ou a venda estiverem completas.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. A prática atual está alinhada com essas alterações.

Nenhum outro novo pronunciamento contábil emitido ou em vigor durante o exercício fiscal teve ou deverá ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	16.884	2.513	25.793	10.966
Aplicações financeiras	<u>220.317</u>	<u>319.210</u>	<u>518.976</u>	<u>500.699</u>
	<u>237.201</u>	<u>321.723</u>	<u>544.769</u>	<u>511.665</u>

- (a) Aplicações realizadas em fundo de renda fixa com remuneração média em 2017 e 2016 de 101,31% do CDI, CDB e operações compromissadas de 100% do CDI,

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata e não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

8 Aplicações financeiras

	Controladora		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de investimento renda fixa – não exclusivo	535.711	78.789	535.711	78.789
Certificado de recebíveis imobiliário	-	20.980	-	20.980
Operação compromissada	-	-	<u>681</u>	-
	<u>535.711</u>	<u>99.769</u>	<u>536.392</u>	<u>99.769</u>
Ativo circulante	<u>535.711</u>	<u>80.964</u>	<u>536.392</u>	<u>80.964</u>
Ativo não circulante	-	<u>18.805</u>	-	<u>18.805</u>

Aplicações realizadas em fundo de renda fixa com remuneração média em 2017 de 105,04% do CDI (105,04% do CDI), CDB, certificados de recebíveis imobiliário em 2018 de 20% do CDI (2017 de IGPM + 8,19%).

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Duplicatas a receber:				
A vencer	348.366	353.373	414.274	464.260
Vencidos (b)	222.807	158.834	293.637	196.707
Partes relacionadas a vencer	2.293	1.566	-	-
Partes relacionadas vencidos (b)	<u>1.027</u>	-	-	-
Cheques devolvidos	914	981	935	1.008
Cartão de crédito	446	3.465	970	5.242

Convênios a faturar (a)	<u>141.876</u>	<u>82.435</u>	<u>173.374</u>	<u>120.742</u>
Total Contas a receber de clientes	<u>732.729</u>	<u>600.654</u>	<u>898.190</u>	<u>787.959</u>
Menos:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa inadimplência, por glosa e cheques devolvidos	<u>(66.574)</u>	<u>(80.120)</u>	<u>(94.446)</u>	<u>(124.559)</u>
Total Contas a receber de clientes, líquido	<u>651.155</u>	<u>520.534</u>	<u>788.744</u>	<u>663.400</u>
Ativo circulante	<u>642.720</u>	<u>517.533</u>	<u>780.309</u>	<u>660.399</u>
Ativo não circulante	<u>8.435</u>	<u>3.001</u>	<u>8.435</u>	<u>3.001</u>

- (a) A rubrica de convênios a faturar refere-se aos valores dos atendimentos realizados e não faturados até o encerramento do exercício. Os atendimentos não faturados em até 120 dias são baixados da rubrica de convênios a faturar, ajustando o resultado do período.
- (b) Resumo das duplicatas vencidas (duplicatas a receber e partes relacionadas):

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
até 120	118.513	60.938	162.688	74.124
121 a 180	24.029	18.180	26.636	19.536
181 a 360	44.746	49.424	51.879	57.711
acima de 360	<u>36.546</u>	<u>30.292</u>	<u>52.434</u>	<u>45.336</u>
	<u>223.834</u>	<u>158.834</u>	<u>293.637</u>	<u>196.707</u>

Para análise sobre os impactos e implementação dos pronunciamentos técnicos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 47 - Receita de contratos com clientes, a Companhia desenvolveu uma metodologia para concessão de notas (*ratings*) a seus clientes, por tipo de segmento: convênios, hospitais, rede pública e apoio. Após a definição dos grupos, foi analisado o comportamento de recebimento, que para o qual divide-se em dois grupos: *rating* A e B, respectivamente: *rating* A – clientes considerados com risco de crédito baixo, suportados por históricos de inexistência de qualquer inadimplência, e *rating* B – nessa categoria, ficariam todos os demais clientes que não foram incluídos no grupo da *rating* A.

Movimentação no exercício de 2018 das provisões para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosa e cheques devolvidos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(80.120)</u>	<u>(124.559)</u>
Variação da provisão:		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(468.149)	(572.190)
Provisões para créditos duvidosos de controladas adquiridas	-	(429)
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por recursos de glosas procedentes (Provisão) para cheques devolvidos	<u>481.762</u>	<u>602.812</u>
	<u>(67)</u>	<u>(80)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(66.574)</u>	<u>(94.446)</u>

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Material direto nacional	37.369	33.265	47.039	45.526
Material direto importado	3.782	2.492	4.136	2.827
Material secundário nacional	19.704	18.693	22.496	21.952
Material de consumo	<u>10.070</u>	<u>12.274</u>	<u>11.419</u>	<u>15.098</u>
	<u>70.925</u>	<u>66.724</u>	<u>85.090</u>	<u>85.403</u>

Provisão para perda e obsolescência - De forma a refletir a melhor estimativa de perda da Companhia em relação aos seus estoques, a provisão para perda e obsolescência foi constituída nas demonstrações financeiras consolidadas para 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 4.962 (R\$5.307 em 2017), principalmente por determinados itens sem movimento há mais de 180 dias. Os saldos acima estão demonstrados líquidos do valor de provisão individualmente para cada categoria de estoque.

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ/CSLL – crédito a recuperar sobre saldo negativo	166.024	101.915	198.799	130.897
PIS/COFINS/CSLL - retenções na fonte sobre faturamento	2.035	17.822	6.316	24.334
INSS a recuperar	6.394	6.929	44.550	40.206
Outros	<u>11.809</u>	<u>4.261</u>	<u>16.423</u>	<u>6.754</u>
	<u>186.262</u>	<u>130.927</u>	<u>266.088</u>	<u>202.191</u>

12 Investimentos

12.1 Informações sobre investimentos em empresas controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	21.714	20.849	-	-
CientíficaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	90.522	71.967	-	-
Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. (CERPE)	-	42.468	-	-
Previlab - Análises Clínicas Ltda.	36.845	33.139	-	-
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Petrópolis Ltda.	2.880	2.516	-	-
Antônio P. Gaspar Laboratórios Ltda.	16.869	21.088	-	-
Laboratório Oswaldo Cruz Ltda. (b)	-	6.017	-	-
Biomed Diagnósticos Laboratoriais (b)	-	192	-	-
Sawaya & Giana Serviços Auxiliares de organização de Escritórios Ltda. (d)	-	239	-	-
Leme - Laboratório de Endocrinologia e Metabologia da Bahia Ltda.	-	2.592	-	-
Laboratório Médico Vital Brasil Ltda. (b)	-	2.837	-	-
Salomão e Zoppi Serviços Médicos e Participações S.A.	374.063	141.115	-	-
MOB Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	9.955	5.051	-	-
Laboratório Deliberato de Análises Clínicas Ltda. (c)	4.216	-	-	-
Cromossomo Participação V S.A. (c)	-	-	-	-
Insitus Serviços Médicos e Laboratoriais Ltda. (c)	1.246	-	-	-
Valeclin Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	1.211	-	-	-
Maringá Medicina Nuclear Ltda.	5.269	-	-	-
Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia São Camilo Ltda.	<u>666</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de investimentos em empresas controladas	565.456	350.070	-	-
Outros investimentos	395	2.890	3.980	6.198
Ágio na aquisição de participações	769.481	751.095	-	-
Ativo intangível identificado na aquisição de participações	<u>295.105</u>	<u>388.387</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Ágio, intangível identificado na aquisição de participações e outros investimentos	<u>1.064.981</u>	<u>1.142.372</u>	<u>3.980</u>	<u>6.198</u>
Total geral	<u>1.630.437</u>	<u>1.492.442</u>	<u>3.980</u>	<u>6.198</u>

12.2 Informações sobre a participação em coligadas

	Quantidade de quotas ações do capital social	Quantidade de quotas ações possuídas	Percentual de participação no capital integralizado	Capital integralizado	Patrimônio líquido (Patrimônio líquido negativo)	Resultado do exercício
<u>Controladas diretas 2018</u>						
DASA Real Estate	25.667.079	25.667.078	99,99	25.667	21.714	865
CientíficaLab	125.176.629	125.176.628	99,99	125.177	90.522	18.555
CERPE	710.874	703.766	99	-	-	13.663
Previlab	29.613.314	29.509.743	99,65	29.613	36.845	4.733
CRMI Petrópolis	1.080.222	756.155	70	1.080	2.880	1.301
Laboratório Gaspar	4.317.845	4.317.844	99,99	4.318	16.869	12.397
Laboratório Gilson Cidrim	12.120.000	12.119.998	99,98	-	-	6.733
Laborat. Oswaldo Cruz (b)	-	-	-	-	-	250
Biomed (b)	-	-	-	-	-	14
Sawaya (d)	-	-	-	-	-	-
Leme	12.100.000	12.100.000	100	-	-	4.554
Vital Brasil (b)	-	-	-	-	-	(886)
Salomão e Zoppi	19.092.275	19.092.275	100	389.092	374.063	34.642
Laboratório Santa Luzia (a)	1.550	776	50,01	467	(16.444)	307
MOB Laboratório de Análises Clínicas	4.900.000	4.899.999	99,99	4.900	9.955	5.054
Laboratório Deliberato (c)	6.800.000	6.799.999	99,99	6.800	4.216	2.177
Cromo V (c)	18.433	18.433	100	-	-	(6.967)
Insitus (c)	1.842.000	1.841.999	99,99	1.842	1.246	407
<u>Controladas diretas 2017</u>						
DASA Real Estate	25.667.079	25.667.078	99,99	25.667	20.849	937
CientíficaLab	125.176.629	125.176.628	99,99	125.177	71.967	(17.351)
CERPE	122.024	20.858	99	711	42.468	5.950
Previlab	23.113.314	23.009.743	99,65	29.613	33.139	4.197
CRMI Petrópolis	1.080.222	756.155	70	1.080	2.516	1.457
Laboratório Gaspar	4.317.845	4.317.844	99,99	4.318	21.088	3.092
Laboratório Gilson Cidrim	12.120.000	12.119.998	99,99	12.120	(1.593)	(6.865)
Laborat. Oswaldo Cruz (b)	100.000	100.000	99,99	2.600	6.017	4.417
Biomed (b)	181.600	181.600	99,99	682	192	(52)
Sawaya (d)	1.000	1.000	100	1	239	133
Leme	100.000	100.000	100	12.100	2.592	2.671
Vital Brasil (b)	1.200	1.200	100	2.120	2.837	964
Salomão e Zoppi	19.092.275	19.092.275	100	189.092	141.115	(1.346)
Laboratório Santa Luzia (a)	1.550	776	50,01	467	(16.667)	2.391
MOB Laboratório de Análises Clínicas	4.900.000	4.899.999	99,99	4.900	5.051	533
Laboratório Deliberato (c)	-	-	-	-	-	-
Cromo V (c)	-	-	-	-	-	-
Insitus (c)	-	-	-	-	-	-

12.3 Movimentações dos investimentos / Provisão para perda em controlada

	Saldo em 31/12/17	Integralização de capital	Incorporação de controladas	Aquisição de controladas	Alteração no patrimônio de aquisição de controladas / Dissolução e venda de (d)	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/18
DASA Real Estate	20.849	-	-	-	-	-	865	21.714
CientíficaLab	71.967	-	-	-	-	-	18.555	90.522
CERPE (b)	42.468	-	(51.272)	-	-	(4.859)	13.663	-
Previlab	33.139	-	-	-	-	(1.027)	4.733	36.845
CRMI Petrópolis	2.516	-	-	-	-	(937)	1.301	2.880
Gaspar	21.088	-	-	-	-	(16.616)	12.397	16.869
Oswaldo Cruz (b)	6.017	-	(6.267)	-	-	-	250	-
Biomed (b)	192	-	(206)	-	-	-	14	-
Sawaya (d)	239	-	-	-	(239)	-	-	-
Leme (b)	2.592	-	(7.146)	-	-	-	4.554	-
Vital Brasil (b)	2.837	-	(1.952)	-	-	-	(886)	-
Salomão e Zoppi	141.115	200.000	-	-	(1.694)	-	34.642	374.063
MOB	5.051	-	-	-	(150)	-	5.054	9.955
Deliberato (c)	-	6.000	-	(3.962)	-	-	2.177	4.216
Cromo V (c) (e)	-	10.000	-	3.880	(6.914)	-	(6.967)	-
Insitus (c)	-	1.150	-	(313)	-	-	407	1.246
Valeclin (c)	-	-	-	1.233	-	-	(22)	1.211
Maringá (c)	-	-	-	5.269	-	-	-	5.269
São Camilo (c)	-	-	-	666	-	-	-	666
	<u>350.070</u>	<u>217.150</u>	<u>(66.842)</u>	<u>6.777</u>	<u>(8.997)</u>	<u>(23.439)</u>	<u>90.737</u>	<u>565.456</u>
Provisão para perda em controladas:								
Gilson Cidrim (b)	(1.593)	-	(5.140)	-	-	-	6.733	-
Santa Luzia (a)	(16.667)	-	-	-	(84)	-	307	(16.444)
Padrão Ribeirão (c)	-	-	-	(728)	-	-	573	(155)
Ruggeri (c)	-	-	-	(6.982)	-	-	-	(6.982)
Aliança (c)	-	-	-	(205)	-	-	-	(205)
	<u>(18.260)</u>	<u>-</u>	<u>(5.140)</u>	<u>(7.915)</u>	<u>(84)</u>	<u>-</u>	<u>7.613</u>	<u>(23.786)</u>

- (a) A Companhia participa indiretamente com 50,01% do Laboratório de Pesquisas Clínicas e Bromatológicas Ltda., por meio de sua controlada direta Laboratório Santa Luzia.
- (b) Incorporação de sociedades controladas
- (c) Empresa adquirida pela Companhia no exercício de 2018. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.
- (d) Em 25 de julho de 2018 foi aprovada a dissolução da sociedade Sawaya.
- (e) Venda de operação descontinuada. Balanço patrimonial em 16 de novembro de 2018, data da efetivação da venda da operação descontinuada referente a sociedade controlada da Companhia Cromossomo Participações V S.A.

13 Imobilizado

Controladora					
	Taxa média vida útil	31/12/18		31/12/17	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4	824	(654)	170	200
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	691.410	(440.533)	250.877	226.357
Benfeitorias em imóveis próprios	10	4.066	(2.201)	1.865	2.271
Aparelhos e equipamentos	13	879.636	(450.696)	428.940	385.295
Móveis e utensílios	11	101.073	(54.709)	46.364	44.456
Instalações	10	118.489	(62.312)	56.177	44.195
Equipamentos de informática	20	165.190	(128.418)	36.772	41.305
Veículos	20	3.557	(3.232)	325	177
Biblioteca	10	196	(179)	17	23
Terrenos	-	180	-	180	180
Imobilizações em andamento		93.425	-	93.425	105.364
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável		(4.817)	-	(4.817)	(4.854)
		<u>2.053.229</u>	<u>(1.142.934)</u>	<u>910.295</u>	<u>844.969</u>

Consolidado					
	Taxa média vida útil	31/12/18		31/12/17	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4	4.564	(2.471)	2.093	2.854
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	753.194	(467.241)	285.953	265.827
Benfeitorias em imóveis próprios	10	8.646	(6.285)	2.361	7.210
Aparelhos e equipamentos	13	956.983	(482.905)	474.078	423.723
Móveis e utensílios	11	115.422	(61.924)	53.498	54.111
Instalações	10	121.611	(63.531)	58.080	46.021
Equipamentos de informática	20	183.846	(151.525)	32.321	46.710
Veículos	20	5.222	(4.325)	897	318
Biblioteca	10	201	(183)	18	27
Terrenos	-	3.389	-	3.389	3.389
Imobilizações em andamento		101.174	-	101.174	109.970
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável		(4.817)	-	(4.817)	(4.854)
		<u>2.249.435</u>	<u>(1.240.390)</u>	<u>1.009.045</u>	<u>955.306</u>

Movimentação do custo e depreciação – Controladora

Movimentação de custo do exercício						
	31/12/2017	Incorporação de Controladas (a)	Adições	Baixas	Transferências e reclassificações (d)	31/12/2018
Imóveis	824	-	-	-	-	824
Benfeitorias em imóveis de terceiros	610.556	9.429	-	(9)	71.434	691.410
Benfeitorias em imóveis próprios	4.066	11.542	-	-	(11.542)	4.066
Aparelhos e equipamentos	765.931	4.234	-	(13.092)	122.563	879.636
Móveis e utensílios	88.539	7.804	-	(816)	5.546	101.073
Instalações	96.958	1.281	-	-	20.250	118.489
Equipamentos de informática	150.245	3.279	-	(377)	12.043	165.190
Veículos	3.549	1.049	-	(1.158)	117	3.557
Biblioteca	184	12	-	-	-	196
Terrenos	180	-	-	-	-	180
Imobilizações em andamento	105.364	1.967	206.633	(128)	(220.411)	93.425
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	(4.854)	-	37	-	-	(4.817)
	<u>1.821.542</u>	<u>40.597</u>	<u>206.670</u>	<u>(15.580)</u>	<u>-</u>	<u>2.053.229</u>

Movimentação de depreciação acumulada do exercício

	31/12/2017	Incorporação de controladas (a)	Adições	Baixas	Transferências e reclassificações (d)	31/12/2018
Imóveis	(624)	-	(30)	-	-	(654)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(384.199)	(4.077)	(44.572)	10	(7.695)	(440.533)
Benfeitorias em imóveis próprios	(1.795)	(7.770)	(406)	-	7.770	(2.201)
Aparelhos e equipamentos	(380.636)	(2.354)	(78.251)	9.850	695	(450.696)
Móveis e utensílios	(44.083)	(3.564)	(7.719)	653	4	(54.709)
Instalações	(52.763)	(647)	(8.903)	-	1	(62.312)
Equipamentos de informática	(108.940)	(2.823)	(16.235)	355	(775)	(128.418)
Veículos	(3.372)	(864)	(115)	1.119	-	(3.232)
Biblioteca	(161)	(9)	(9)	-	-	(179)
	<u>(976.573)</u>	<u>(22.108)</u>	<u>(156.240)</u>	<u>11.987</u>	<u>-</u>	<u>(1.142.934)</u>

Movimentação do custo e depreciação – Consolidado

Movimentação de custo do exercício

	31/12/2017	Aquisição de controladas (a)	Adições	Baixas	Operação descontinuada (c)	Transferências e reclassificações (d)	31/12/2018
Imóveis	5.146	-	-	-	-	(582)	4.564
Benfeitorias em imóveis de terceiros	674.894	1.515	3.373	(36)	(749)	74.197	753.194
Benfeitorias em imóveis próprios	19.564	-	112	-	-	(11.030)	8.646
Aparelhos e equipamentos	832.625	17.117	1.203	(16.588)	(4)	122.630	956.983
Móveis e utensílios	107.303	1.990	3.002	(2.333)	(146)	5.606	115.422
Instalações	100.218	1.511	32	(394)	-	20.244	121.611
Equipamentos de informática	170.642	2.320	1.192	(2.328)	(290)	12.310	183.846
Veículos	5.092	488	116	(1.218)	-	744	5.222
Biblioteca	201	-	-	-	-	-	201
Terrenos	3.389	-	-	-	-	-	3.389
Imobilizações em andamento	109.970	-	215.605	(282)	-	(224.119)	101.174
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	<u>(4.854)</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.817)</u>
	<u>2.024.190</u>	<u>24.941</u>	<u>224.672</u>	<u>(23.179)</u>	<u>(1.189)</u>	<u>-</u>	<u>2.249.435</u>

Movimentação de depreciação acumulada do exercício

	31/12/2017	Aquisição de controladas (a)	Adições	Baixas	Operação descontinuada (c)	Transferências e reclassificações (d)	31/12/2018
Imóveis	(2.292)	-	(179)	-	-	-	(2.471)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(409.067)	(118)	(50.332)	(58)	28	(7.694)	(467.241)
Benfeitorias em imóveis próprios	(12.354)	-	(1.700)	-	-	7.769	(6.285)
Aparelhos e equipamentos	(408.902)	(2.145)	(84.102)	11.517	12	715	(482.905)
Móveis e utensílios	(53.192)	(1.027)	(9.161)	993	4	459	(61.924)
Instalações	(54.197)	(403)	(9.118)	186	-	1	(63.531)
Equipamentos de informática	(123.932)	(10.540)	(19.073)	2.961	-	(941)	(151.525)
Veículos	(4.774)	(377)	(376)	1.511	-	(309)	(4.325)
Biblioteca	(174)	-	(9)	-	-	-	(183)
	<u>(1.068.884)</u>	<u>(14.610)</u>	<u>(174.050)</u>	<u>17.110</u>	<u>44</u>	<u>-</u>	<u>(1.240.390)</u>

(a) Empresas controladas incorporadas pela controladora durante o exercício de 2018. Vide nota explicativa nº 12.

- (b) Empresas adquiridas pela Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (c) Venda de operação descontinuada. Vide detalhes na nota explicativa nº 12.
- (d) Os gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção e instalação, são transferidos para o grupo específico na rubrica de imobilizado quando disponíveis para o uso, após a conclusão do projeto são iniciadas a depreciação dos ativos relacionados.

As adições de depreciação acumulada demonstradas na movimentação do imobilizado foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos, esta alocação está vinculada a utilização fim de cada ativo.

Durante o exercício a Companhia avaliou seus ativos, e não identificou indicadores de não recuperabilidade.

14 Intangível

		Controladora			
Taxa média Amortização		31/12/18			31/12/17
% a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Aquisição de Participação – Ágio		2.308.088	(281.916)	2.026.172	1.848.772
Intangível identificado na aquisição de participação societária:					
Marcas	3,3	309.854	(69.964)	239.890	180.722
Relacionamento com clientes	5	72.613	(27.846)	44.767	24.156
Mais valia de ativos	20	21.743	(4.951)	16.792	-
Outros intangíveis:					
Sistemas de informática	20	422.854	(284.091)	138.763	138.121
Direito de uso de área comercial	20	1.565	(1.363)	202	275
Marcas e patentes	33	94	(59)	35	37
Contrato de exclusividade com clientes	15	13.670	(8.155)	5.515	6.132
Fundo de comércio	7	337	-	337	-
Intangível em andamento	-	27.710	-	27.710	6.373
		<u>3.178.528</u>	<u>(678.345)</u>	<u>2.500.183</u>	<u>2.204.588</u>
		Consolidado			
Taxa média Amortização		31/12/18			31/12/17
% a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Aquisição de participação – Ágio		3.249.063	(354.592)	2.894.471	2.698.730
Intangível identificado na aquisição de participação societária:					
Marcas	3,3	503.906	(78.954)	424.952	420.258
Relacionamento com clientes	5	117.395	(37.697)	79.698	85.636
Mais valia de ativos	20	25.539	(5.236)	20.303	22.810
Acordo de não concorrência	10	4.917	(3.770)	1.147	3.670
Outros intangíveis:					
Sistemas de informática	20	445.231	(296.750)	148.481	147.867
Direito de uso de área comercial	20	1.570	(1.362)	208	275
Marcas e patentes	33	147	(77)	70	54
Contrato de exclusividade com clientes	15	15.870	(8.873)	6.997	8.648
Fundo de comércio	7	337	-	337	-
Intangível em andamento	-	27.710	-	27.710	6.374
		<u>4.391.685</u>	<u>(787.311)</u>	<u>3.604.374</u>	<u>3.394.322</u>

Movimentação do custo e amortização – Controladora

Controladora					
Movimento de custo do exercício					
31/12/2017	Reclassificação de intangíveis (a)	Incorporação de controladas (b)	Adições	Transferências (f)	31/12/2018
Aquisição de participação – Ágio	2.087.170	177.400	43.518	-	2.308.088
Intangível identificado na aquisição de participação societária:					
Marcas	236.037	61.620	12.197	-	309.854
Relacionamento com clientes	45.151	26.264	1.198	-	72.613
Mais valia de ativos	-	21.743	-	-	21.743
Outros intangíveis:					
Sistemas de informática	372.320	-	2.548	181	422.854
Direito de uso de área comercial	1.565	-	-	-	1.565
Marcas e patentes	93	-	1	-	94
Contrato de exclusividade com clientes	12.520	-	1.150	-	13.670
Fundo de comércio	-	-	-	337	337
Intangível em andamento	6.373	-	69.142	(47.805)	27.710
	<u>2.761.229</u>	<u>287.027</u>	<u>60.612</u>	<u>69.660</u>	<u>3.178.528</u>
Controladora					
Movimento de amortização do exercício					
31/12/2017	Reclassificação de intangíveis (a)	Incorporação de controladas (b)	Adições		31/12/2018
Aquisição de participação – Ágio	(238.398)	-	(43.518)	-	(281.916)
Intangível identificado na aquisição de participação societária:					
Marcas	(55.315)	(2.460)	(3.256)	(8.933)	(69.964)
Relacionamento com clientes	(20.995)	(2.094)	(1.198)	(3.559)	(27.846)
Mais valia de ativos	-	(4.548)	-	(403)	(4.951)
Outros intangíveis:					
Sistemas de informática	(234.199)	-	(2.307)	(47.585)	(284.091)
Direito de uso de área comercial	(1.290)	-	-	(73)	(1.363)
Marcas e patentes	(56)	-	-	(3)	(59)
Contrato de exclusividade com clientes	(6.388)	-	(901)	(866)	(8.155)
	<u>(556.641)</u>	<u>(9.102)</u>	<u>(51.180)</u>	<u>(61.422)</u>	<u>(678.345)</u>

Movimentação do custo e amortização – Consolidado

Consolidado								
Movimento de custo do exercício								
	31/12/2017	Ajustes no preço de aquisição de controladas (c)	Aquisições de controladas (d)	Adições	Baixas	Operação descontinuada (e)	Transferências (f)	31/12/2018
Aquisição de participação – Ágio	3.053.322	197.877	23.583	1.066	(25)	-	(26.760)	3.249.063
Intangível identificado na aquisição de participação societária:				-				
Marcas	482.475	-	-	-	-	-	21.431	503.906
Relacionamento com clientes	113.417	-	-	-	-	-	3.978	117.395
Mais valia de ativos	25.435	-	-	-	-	-	104	25.539
Acordo de não competição	3.670	-	-	-	-	-	1.247	4.917
Outros intangíveis:								
Sistemas de informática	393.455	318	-	3.460	(10)	-	48.008	445.231
Direito de uso de área comercial	1.565	5	-	-	-	-	-	1.570
Marcas e patentes	113	26	-	11	-	(3)	-	147
Contrato de exclusividade com clientes	15.870	-	-	-	-	-	-	15.870
Fundo de comércio	-	-	-	337	-	-	-	337
Projeto de reestruturação DASA	-	82	-	755	-	(837)	-	-
Intangível em andamento	<u>6.374</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.344</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(48.008)</u>	<u>27.710</u>
	<u>4.095.696</u>	<u>198.308</u>	<u>23.583</u>	<u>74.973</u>	<u>(35)</u>	<u>(840)</u>	<u>-</u>	<u>4.391.685</u>

Consolidado					
Movimento de amortização do exercício					
	31/12/2017	Aquisições de controladas (d)	Adições	Transferências	31/12/2018
Aquisição de participação – Ágio	(354.592)		-	-	(354.592)
Intangível identificado na aquisição de participação societária:					
Marcas	(62.217)		-	(16.734)	(78.954)
Relacionamento com clientes	(27.781)		-	(9.916)	(37.697)
Mais valia de ativos	(2.625)		-	(2.611)	(5.236)
Acordo de não competição	-		-	(3.770)	(3.770)
Outros intangíveis:					
Sistemas de informática	(245.588)		(168)	(50.994)	(296.750)
Direito de uso de área comercial	(1.290)		-	(72)	(1.362)
Marcas e patentes	(59)		(15)	(6)	(77)
Contrato de exclusividade com clientes	<u>(7.222)</u>		<u>-</u>	<u>(1.651)</u>	<u>(8.873)</u>
	<u>(701.374)</u>		<u>(183)</u>	<u>(85.754)</u>	<u>(787.311)</u>

- (a) Ativos identificados na aquisição de controladas reclassificados para o grupo de intangíveis por ocasião da incorporação de controladas.
- (b) Empresas controladas incorporadas pela controladora. Vide detalhes na nota explicativa nº 12.
- (c) Acerto no preço de aquisição de controlada. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (d) Empresas adquiridas pela Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (e) Venda de operação descontinuada. Vide detalhes na nota explicativa nº 12.
- (f) Os gastos realizados pela Companhia classificados como intangível em andamento durante o período de desenvolvimento, são transferidos por uma rubrica específica no grupo do intangível quando estão disponíveis para o uso.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o período a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Fornecedores nacionais	290.117	269.030	337.044	314.729
Fornecedores estrangeiros	12.726	8.232	12.901	8.279
Serviços médicos especializados	<u>42.736</u>	<u>41.503</u>	<u>42.741</u>	<u>41.503</u>
	<u>345.579</u>	<u>318.765</u>	<u>392.686</u>	<u>364.511</u>
Passivo circulante	<u>313.715</u>	<u>264.552</u>	<u>360.817</u>	<u>310.015</u>
Passivo não circulante	<u>31.864</u>	<u>54.213</u>	<u>31.869</u>	<u>54.496</u>

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos médios	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Moeda nacional						
<u>Capital de giro:</u>						
Banco do Brasil	108,0% do CDI	10/06/2018	-	8.606	-	8.606
Banco Bradesco S/A (a) (iii)	CDI + 3,66% a.a.	13/11/2020 (b)	-	-	-	3.664
Banco Itaú S/A (a) (iii)	14,84% a.a.					
	CDI + 3,967	29/07/2020 (b)	-	-	-	20.616
Banco ABC (a) (iii)	CDI + 3,75% a.a.	19/02/2018	-	-	-	10.025
	CDI + 2,43%					
Banco Santander (a) (iii)	CDI + 3,66% a.a.					
	CDI + 3,88%					
	127,7% CDI	05/10/2021 (b)	-	-	-	36.042
Banco HSBC (a) (iii)	CDI + 1,45% a.a.	24/08/2018 (b)	-	-	-	1.773
	14,90% a.a.					
Banco Votorantim S/A (a) (iii)	14,99% a.a.					
	CDI + 3,80%					
	CDI + 2,50%	16/01/2020 (b)	-	-	-	23.106
<u>Financiamento:</u>						
	6% a.a.,					
BNDES - FINAME PSI (i) (ii)	9,5%a.a. e TJLP + 3,7%	15/12/2024	6.510	39.216	6.510	39.216
FINEP – (iv)	TJLP + 3%	15/09/2026	26.776	26.498	26.776	26.498
Notas promissórias (c)	107,0% do CDI	21/06/2019	330.222	509.063	330.222	509.063
	6,00% a.a.					
	9,50% a.a.					
BNDES – FINAME (a) (iii)	Selic+3,58%					
	Selic+4,76%					
	TJLP+4,40%	15/10/2021 (b)	-	-	-	7.534
BNDES (a) (iii)	4,5% a.a.	15/03/2024	-	-	1.549	-
Banco de Lage Landen (a) (ii) (iii)	13,6% a.a.	04/12/2022	-	-	1.000	-
Outros	-	-	-	-	796	12

Leasing:

Leasing financeiro – Hitachi	IGPM	22/06/2021	<u>3.889</u>	<u>5.131</u>	<u>3.889</u>	<u>5.131</u>
			367.397	588.514	370.742	691.286
Passivo circulante			<u>280.933</u>	<u>217.096</u>	<u>281.759</u>	<u>319.382</u>
Passivo não circulante			<u>86.464</u>	<u>371.418</u>	<u>88.983</u>	<u>371.904</u>

Garantias para empréstimos e financiamentos:

- (i) Nota Promissória de 100% do valor do contrato em nome da Companhia.
- (ii) Bem financiado.
- (iii) Imóveis, aval, cessão de direitos creditórios
- (iv) Carta de fiança

Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas. Os empréstimos bancários e financiamentos, classificados no passivo não circulante e passivo não circulante, seguindo os prazos de vencimentos contratuais serão amortizados conforme demonstrado na nota explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros em risco de liquidez.

- (a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (b) A Companhia liquidou antecipadamente operações de empréstimos de controladas com o objetivo de redução do custo financeiro.
- (c) **Notas promissórias - Em 08 de junho de 2017**, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 4ª emissão, pela Companhia, de 400 notas promissórias, em série única, sob a forma cartular, com valor nominal unitário de R\$ 500 (“Notas Promissórias”), com valor total de R\$200.000 na data de emissão, qual seja, 21 de junho de 2017, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Em 22 de junho de 2017 foi encerrada a oferta pública de distribuição.

As Notas Promissórias possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas:

1- Dívida líquida / LAJIDA - índice máximo	4,00
2- LAJIDA / Resultado financeiro - índice mínimo	1,50

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava adimplente na controladora e no consolidado com as condições contratuais.

Notas promissórias - Em 05 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 5ª emissão, pela Companhia, de 300 notas promissórias, em realizada em 3 (três) séries, sob a forma cartular, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um milhão de reais) (“Notas Promissórias”), com valor total de R\$300.000 (trezentos milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 28 de dezembro de 2017, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Em 28 de dezembro de 2017 foi encerrada a oferta pública de distribuição.

A Emissão foi realizada em 3 séries, sendo (i) 200 Notas Promissórias da primeira série, (ii) 50 Notas Promissórias da segunda série e (iii) 50 Notas Promissórias da terceira série. O prazo (i) das Notas Promissórias da primeira série é de até 365 dias contados da data de emissão, (ii) das Notas Promissórias da segunda série é de até 730 dias contados da data de emissão e (iii) das Notas Promissórias da terceira série é de até 1.095 dias contados da data de emissão.

As Notas Promissórias possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas:

1- Dívida líquida / LAJIDA - índice máximo	4,00
2- LAJIDA / Resultado financeiro - índice mínimo	1,50

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava adimplente na controladora e no consolidado com as condições contratuais.

17 Arrendamento mercantil financeiro e operacional

Leasing financeiro nacional

A Companhia é arrendatária de bens que estão registrados no ativo imobilizado, objetos de contratos que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. Esses contratos totalizam um saldo a pagar até 2021 no montante de R\$ 3.889 (R\$ 5.131 em 2017) na controladora e no consolidado, sendo deste montante, R\$ 1.580 classificado no passivo circulante (R\$ 1.504 em 2017). O juros desta transação em 2018 é de R\$ 294 (R\$ 0 em 2017 por projeção negativa) na controladora e no consolidado. O prazo médio dos contratos é de 5 anos e estão vinculados a taxas de juros de IGPM.

Arrendamento mercantil operacional

Os aluguéis de imóveis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis no consolidado são os seguintes:

	31/12/18			31/12/17		
	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total
Até 12 meses	174.093	4.648	178.741	160.788	4.979	165.767
Entre 13 e 60 meses	343.353	9.168	352.521	357.893	11.083	368.976
Após 60 meses	<u>278.078</u>	<u>11.131</u>	<u>289.209</u>	<u>280.612</u>	<u>1.213</u>	<u>281.825</u>
	<u>795.524</u>	<u>24.947</u>	<u>820.471</u>	<u>799.293</u>	<u>17.275</u>	<u>816.568</u>

18 Debêntures (controladora e consolidado)

	31/12/18	31/12/17
Debêntures não conversíveis	2.150.180	1.100.090
Juros remuneratórios	25.171	22.611
Custo de transação	(2.817)	(3.001)
Debêntures em tesouraria (a)	<u>-</u>	<u>(18.618)</u>
	<u>2.172.534</u>	<u>1.101.082</u>
Circulante	<u>165.741</u>	<u>352.547</u>
Não circulante	<u>2.006.793</u>	<u>748.535</u>

- (a) Em 27 de novembro de 2015 a Companhia adquiriu 3.626 debêntures da 1ª série da 5ª emissão, que ficaram em custódia junto ao Banco Credit Agricole S.A. Em 10 de março de 2018 esta série foi totalmente amortizada, e as debentures em tesouraria integralmente recolocadas no mercado.

As Debêntures classificadas no passivo não circulante têm o seguinte prazo para amortização das 4ª, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Emissões:

	Principal	Custo de transação	Total
2020	274.275	(815)	273.460
2021	199.439	(561)	198.878
2022	483.119	(215)	482.904
2023 a 2026	<u>1.049.961</u>	<u>(39)</u>	<u>1.049.922</u>
	<u>2.006.794</u>	<u>(1.630)</u>	<u>2.005.164</u>

As emissões das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, demonstrada a seguir:

Emissão	Série	Data de aprovação	Quantidade	Valor total	Prazo (contados à partir da emissão)	Remuneração	Amortização do principal
5ª	2ª	09/02/2015	15.018	150.180	5 anos	100% do DI + 1,20%a.a.	10/03/2020 3 parcelas - 1º 19/12/2019, 2ª 19/12/2020 e 3ª 19/12/2021
7ª	Única	25/11/2016	20.000	200.000	5 anos	112,25% do DI 108,00% do DI	3 parcelas - 1º 25/08/2020, 2ª 25/08/2021 e 3ª 25/08/2022
8ª	Única	08/08/2017	40.000	400.000	5 anos	Pagamento semestral	2 parcelas - 1º 26/03/2022 e 2ª 26/03/2023
9ª	Única	05/02/2018	60.000	600.000	5 anos	108,60% do DI	2 parcelas - 1º 10/12/2022 e 2ª 10/12/2023
10ª	1ª	19/11/2018	10.000	100.000	em até 5 anos	107,40% do DI	10/12/2024
10ª	2ª	19/11/2018	30.000	300.000	6 anos	110,50% do DI	2 parcelas - 1º 10/12/2025 e 2ª 10/12/2026
10ª	3ª	19/11/2018	40.000	400.000	em até 8 anos	112,50% do DI	

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures foram integralmente utilizados para alongar o perfil de endividamento da Companhia e reforço no capital de giro da Companhia, para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

Covenants financeiros e não financeiros - Vencimentos antecipados

O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas obrigações decorrentes das debêntures e, exigir o imediato pagamento, pela Companhia do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures acrescido da remuneração de juros do período, caso a Companhia não cumpra com algumas cláusulas contratuais, por sua vez consideradas como eventos inadimplentes. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais.

19 Impostos parcelados

	Termino da Amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Parcelamento ISS – CERPE (a)	2029	2.617	-	2.617	2.956
Refis IV - Lab. Gaspar	2024	-	-	1.991	2.300
Parcelamento INSS – LEME (a)	2021	1.434	-	1.434	1.835
Parcelamento ISS – LEME (a)	2024	6.501	-	6.501	6.821
Parcelamento – PERT (c)	2019	2.080	2.445	2.080	2.445
Parcelamento taxa de resíduos sólidos – SZD (b)	2022	-	-	2.163	1.619
Parcelamento PERT - Santa Luzia (b)	2019	-	-	-	15.881
Parcelamento INSS - Santa Luzia (b)	2019	-	-	87	1.056
Parcelamento impostos federais –Valeclin (b)	2028	-	-	2.844	-
Outros	2019	16	48	1.396	2.523
		<u>12.648</u>	<u>2.493</u>	<u>21.113</u>	<u>37.436</u>
Passivo circulante		<u>4.280</u>	<u>2.493</u>	<u>5.714</u>	<u>16.435</u>
Passivo não circulante		<u>8.368</u>	<u>-</u>	<u>15.399</u>	<u>21.001</u>

- (a) Empresa incorporadas, vide nota explicativa nº 12.
- (b) Empresa adquirida pela Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (c) A Companhia e suas controladas após análise econômica aliada à opinião dos assessores jurídicos externos, formalizou a adesão de alguns processos tributários no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela medida provisória de nº 783 de 31 de maio de 2017 e regulamentado pela IN RFB nº 1711/17 de 16 de junho de 2017.

20 Contas a pagar por aquisição de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com as cláusulas contratuais:

			Controladora		Consolidado	
	<u>Atualização</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Não garantida por aplicações financeiras	IPCA-IGPM-Selic	06/2021	98.516	191.629	98.516	191.629
Garantida com aplicações financeiras	(a)	(b)	<u>43.705</u>	<u>51.576</u>	<u>43.818</u>	<u>53.569</u>
			<u>142.221</u>	<u>243.205</u>	<u>142.334</u>	<u>245.198</u>
Circulante			<u>53.720</u>	<u>152.919</u>	<u>53.720</u>	<u>152.919</u>
Não circulante			<u>88.501</u>	<u>90.286</u>	<u>88.614</u>	<u>92.279</u>

- (a) Atualizada à taxa média de 109,98% do CDI (105,04% do CDI em 31 de dezembro de 2017) em fundos de renda fixa, e 99,98 do CDI em 31 de dezembro de 2017 em CDB / operações compromissadas, que são administrados por instituições financeiras.
- (b) Vencimento de até 6 anos da data de aquisição, ou até que seja concluída a discussão sobre a contingência, as aplicações financeiras estão registradas e divulgadas em rubrica segregada no ativo não circulante.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
2020		24.907		24.907
2021		13.860		13.860
2022		2.010		2.010
2023		2.010		2.010
2024		<u>45.714</u>		<u>45.827</u>
Total		<u>88.501</u>		<u>88.614</u>

21 Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>
Trabalhistas e cíveis	41.454	18.098	19.433	16.147	43.209	21.310	28.840	21.238
Demandas fiscais e previdenciárias	<u>64.320</u>	<u>57.396</u>	<u>80.659</u>	<u>47.764</u>	<u>78.842</u>	<u>58.156</u>	<u>104.694</u>	<u>48.434</u>
	<u>105.774</u>	<u>75.494</u>	<u>100.092</u>	<u>63.911</u>	<u>122.051</u>	<u>79.466</u>	<u>133.534</u>	<u>69.672</u>

(a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Em 31 de Dezembro de 2018, a Companhia era parte em 1.690 ações trabalhistas (2.091 em 31 de dezembro de 2017) e em 1.484 processos cíveis administrativos e judiciais (1.349 em 31 de dezembro de 2017). As provisões de R\$ 41.454 (R\$ 19.432 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e R\$ 43.209 (R\$ 28.840 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado, são baseadas no percentual histórico de perdas em processos com avaliação de risco provável, possível e remoto.

A Companhia também é parte, em conjunto com uma empresa operadora de plano de saúde, em processo com pedido de indenização por lucros cessantes e danos morais em decorrência de suposta infração concorrencial. Foi apresentada contestação e impugnação do valor da causa e os autores apresentaram réplicas, tendo sido determinada a realização de perícia contábil e de engenharia. O valor atribuído à causa pelo autor é de R\$ 61.815 em 07 de dezembro de 2007. A probabilidade de perda é possível em relação a matéria discutida e ainda não há como estimar o valor de perda para a Companhia. Houve perícia contábil realizada pelo perito do juízo concluindo que os lucros cessantes pleiteados seriam de R\$ 4.500 (que atualizados em 31 de dezembro de 2018 correspondem a, aproximadamente, R\$ 14.272, além do pedido por indenização por danos morais), aplicáveis à operadora de plano de saúde e à Companhia, que respondem de forma solidária. Em 20 de agosto de 2015 foi proferida sentença julgando a demanda extinta, em face desta decisão, a parte autora interpôs recurso. O recurso de apelação interposto permanece pendente de julgamento.

Em relação a questões trabalhistas, destacamos a Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro onde foram citadas a Companhia e Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda., sociedade incorporada pela Companhia em 01 de julho de 2014, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas na área de exames de apoio diagnóstico por imagem, requerendo a contratação dos médicos, vinculados à referidas empresas médicas, em regime celetista e indenização por dano moral coletivo no montante aproximado de R\$ 20.000 em 10 de setembro de 2012. Em 26 de junho de 2014, a Companhia divulgou novo Fato Relevante divulgando que foi proferida sentença em primeira instância totalmente favorável à Companhia. Em 24 de fevereiro de 2015, o Tribunal Regional do Trabalho proveu parcialmente o Recurso Ordinário interposto pelo Ministério Público e condenou a Companhia a registrar os médicos intervenientes anuentes - o que representa aproximadamente 22 profissionais - além da redução do dano moral coletivo para R\$ 500. O acórdão proferido pelo TRT - 1ª Região definiu médicos intervenientes da seguinte maneira: "(são aqueles) que exercem coordenação sobre os médicos executores integrantes de uma mesma especialidade". A Companhia, e o Ministério Público apresentaram embargos de declaração face a decisão. Os embargos do Ministério Público foram rejeitados e os embargos da Companhia foram acolhidos, contudo, sem conferir efeito modificativo ao julgado. O Recurso de Revista apresentado pelo Ministério Público teve seu seguimento denegado. Em 27 de janeiro de 2016 foi protocolado agravo de instrumento pelo MPT. Em 03 de maio de 2016 protocolamos (i) contraminuta de agravo de instrumento, (ii) contrarrazões de recurso de revista e (iii) recurso de revista adesivo. A avaliação de seus assessores jurídicos e da Administração é que a perda é provável para o dano moral de aproximadamente 22 profissionais no valor atualizado de R\$ 939, e perda remota para dano moral coletivo no importe de R\$ 19.500.

(b) Provisões para demandas fiscais e previdenciárias

As provisões para demandas fiscais e previdenciárias no montante de R\$ 64.320 (R\$ 80.659 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e R\$ 78.841 (R\$ 104.695 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado, correspondem a (i) questionamentos de majoração de alíquotas, (ii) base de cálculo e (iii) inconstitucionalidade da cobrança. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2018 o montante consolidado de R\$ 378.907 (R\$ 264.956 em 31 de dezembro de 2017) referentes a processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância, sendo substancialmente R\$ 127.761 referentes a processos de ISSQN onde basicamente se discute o local da prestação dos serviços de análises clínicas, R\$ 95.125 referem-se a cobrança de PIS/COFINS sobre faturamento e importação, créditos de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 28.721, IRPJ e CSLL no montante de R\$ 71.024 originado da dedução de ágio verificado na incorporação societária e outros tributos contribuições no montante de R\$ 56.726.

Em 07 de março de 2016, a Administração tomou conhecimento de um processo administrativo da RFB relativo a 2 autos de infração lavrados para exigência de PIS e COFINS no valor total de R\$ 55.629. Em 15 de julho de 2016 a Companhia ajuizou a Ação Declaratória nº 0004053-41.2016.4.03.6144, em curso na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri-SP, visando garantir antecipadamente o valor integral dos débitos tributários objeto da Execução Fiscal mediante oferecimento de apólice de seguro garantia emitida em 13 de julho de 2016, em estrita observância ao disposto na Portaria da PGFN nº 164/2014, bem como nos artigos 151, inciso V, e 206 do CTN. A Execução Fiscal nº 0006303-47.2016.403.6144 foi ajuizada em 10 de agosto de 2016 para a cobrança das CDAs 80 6 16 053101-28 e 80 7 16 021700-63, as quais têm por objeto débitos de PIS e COFINS apurados no ano de 2011 decorrentes do Processo Administrativo Federal nº 16004.720192/2015-69 instaurado pela Receita Federal do Brasil. Em 12 de maio de 2017 foi proferida sentença que confirmou a decisão de tutela de urgência e julgou procedente a ação declaratória para determinar o registro de que os créditos tributários cobrados pela execução fiscal estão garantidos por meio de seguro garantia idôneo. A Companhia foi citada para responder aos termos da Execução Fiscal nº 0006303-47.2016.403.6144, razão pela qual apresentou uma manifestação nos autos da Ação Declaratória com Pedido de Tutela Provisória nº 0004053-41.2016.4.03.6144 informando sobre a existência da presente execução fiscal e requerendo a transferência da garantia. Atendido os requisitos previstos nos

artigos 16, incisos I e II, da Lei nº 6.830/80, 184, caput e § 1º, do CPC, e 62, inciso I, da Lei nº 5.010/66, em 27 de setembro de 2017, a Companhia apresentou os Embargos à Execução Fiscal, tendo sido registrado nos sistemas eletrônicos da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri-SP sob o nº. 0003688-50.2017.403.6144. Em 12 de abril de 2018 foi publicada decisão dos Embargos à Execução Fiscal, determinando a indicação de provas a serem produzidas, o qual foi atendido pela Companhia dentro do prazo em 20 de abril de 2018. Em novembro de 2018, foi publicado decisão solicitando que a DASA indicasse quesitos e o assistente técnico dentro do prazo de 15 dias, os quais foram apresentados tempestivamente. Por fim, a avaliação pelos assessores jurídicos externos da Companhia quanto às chances de perda do mérito de referido processo é possível, para o qual não há provisão constituída.

A Companhia ajuizou a Ação Declaratória nº1005652-68.2018.4.01.3400 em face da União visando que seja deferida tutela provisória de urgência para o fim de se assegurar à Companhia a dedução, nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, da amortização do ágio decorrente de incorporação societária, suspendendo-se a exigibilidade do montante controvertido. Em 16 de abril de 2018, foi proferida decisão deferindo a tutela provisória de urgência pleiteada para suspender a exigibilidade do montante controvertido desde que o seguro garantia seja aceito pela União. Em 04 de maio de 2018 a União opôs embargos de declaração questionando a aceitação da apólice de seguro garantia como forma de suspensão da exigibilidade do crédito. Tendo em vista a impossibilidade de prosseguir com o seguro garantia, a Companhia depositou em juízo até outubro de 2018 o valor de R\$ 33.350, já incluído multa e juros de mora, que corresponde aos valores de IRPJ e CSLL calculados sobre a dedução na base de cálculo desses tributos. A avaliação pelos assessores jurídicos externos da Companhia quanto às chances de perda do mérito de referido processo é possível, para o qual não há provisão constituída.

Movimentação das provisões para contingências

Controladora						
	31/12/17	Movimentação do exercício				31/12/18
	Saldo final	Adição a provisão	Adição por incorporação (a)	Utilização	Atualização /(reversão da atualização)	Saldo final
Trabalhistas e cíveis	19.433	38.171	3.273	(19.860)	437	41.454
Demandas fiscais e previdenciárias	<u>80.659</u>	<u>8.506</u>	<u>126</u>	<u>(24.585)</u>	<u>(386)</u>	<u>64.320</u>
	<u>100.092</u>	<u>46.677</u>	<u>3.399</u>	<u>(44.445)</u>	<u>51</u>	<u>105.774</u>
Consolidado						
	31/12/17	Movimentação do exercício				31/12/18
	Saldo final	Adição a provisão	Aquisição de controladas (a)	Utilização	Atualização /(reversão da atualização)	Saldo final
Trabalhistas e cíveis	28.840	41.286	385	(27.792)	490	43.209
Demandas fiscais e previdenciárias	<u>104.694</u>	<u>8.710</u>	<u>8.800</u>	<u>(43.402)</u>	<u>40</u>	<u>78.842</u>
	<u>133.534</u>	<u>49.996</u>	<u>9.185</u>	<u>(71.194)</u>	<u>530</u>	<u>122.051</u>

(a) Vide nota explicativa nº 12.2 (b) sobre empresas incorporadas e vide nota explicativa nº 2 sobre empresas adquiridas.

22 Pagamento baseado em ações

A Companhia possuía um Plano de Opção de Compra de Ações, de natureza mercantil, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2016 e posteriormente aditado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 (“Plano 2016”), e diante do possível risco de questionamento por autoridades fiscais, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2018 aprovou o plano de remuneração/pagamento baseado em ações mediante a outorga de opções de compra de ações (“Plano 2018”), e conceder a oportunidade para que participantes do Plano 2016 possam optar, a seu exclusivo critério, em substituir as opções que possuem no âmbito do Plano 2016 por opções no âmbito deste Plano 2018.

O Plano 2018 vai ser regido pelas disposições abaixo e pela legislação aplicável:

- (a) Tem por objetivo estabelecer um plano de remuneração baseado em ações, o que permitirá à Companhia alinhar os interesses da Companhia e dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários, atrair e reter talentos, mitigar conflitos de agência, incrementar a geração de resultados sustentáveis e reforçar a orientação de longo prazo na tomada de decisões pelos executivos e empregados da Companhia.
- (b) Os Beneficiários serão escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério.
- (c) Será administrado pelo Conselho de Administração, que poderá contar com um comitê para assessorá-lo nesse sentido, e terá, na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2018.
- (d) O número máximo de Ações que poderá ser efetivamente entregue em decorrência do exercício das Opções não poderá exceder 19.902.320 Ações, representativas, na data de criação do Plano 2018, de aproximadamente 6% do capital social da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.235.369 (R\$ 2.235.369 em 31 de dezembro de 2017), representado por 311.926.140 ações ordinárias (311.926.140 em 31 de dezembro de 2017), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O limite de aumento do capital social autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações desde que o capital não exceda 560.000.000 (quinhentos e sessenta milhões) de ações ordinárias.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui 109.199 (34.198 em 2017) ações em tesouraria, e que o seu preço médio era de R\$ 22,20 (R\$ 16,06 em 2017).

(a) Movimento no exercício - aquisição de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2018, foi aprovada a aquisição de 75.000 (setenta e cinco mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia detidas pelo Sr. Octavio Fernandes da Silva Filho, ex-Diretor da Companhia, ao preço por ação de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), à conta de reserva de capital, para manutenção em tesouraria.

c. Lucro por ação (básico e diluído)

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	124.878	131.443
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	311.926	311.926
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(109)	(34)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	311.817	311.892
Lucro básico por ação - (em R\$)	0,40048	0,42144

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição, que são as opções do plano de opção de compra de ações.

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	124.878	131.443
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	311.817	311.892
(a) Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	<u>19.902</u>	<u>19.902</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	331.719	331.794
Lucro diluído por ação – (em R\$)	0,37646	0,39616

d. Dividendos e Juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) no mínimo 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios.

Em 21 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou *ad referendum* da Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2018, de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 175.000 (R\$ 0,56122672309 por ação).

Segue a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio:

Descrição	2018	2017
Data de aprovação	21/12/2018	26/12/2017
Data de pagamento	28/02/2019	31/01/2018
Juros sobre o capital próprio distribuído	175.000	42.198
(-) Imposto de renda retido na fonte	<u>(26.061)</u>	<u>(6.328)</u>
Juros sobre o capital próprio líquido	<u>148.939</u>	<u>35.870</u>

24 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta, para fins fiscais, e as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Receita operacional bruta	3.381.993	3.199.717	4.269.567	3.718.341
Deduções:				
Impostos incidentes sobre o faturamento	(201.535)	(186.067)	(255.472)	(219.291)
Reversão/ (provisão) por glosas e inadimplência	42.161	(435)	86.952	(10.440)
Perdas por glosas e inadimplência	(72.597)	(42.491)	(123.730)	(54.991)
Descontos comerciais	<u>(39.169)</u>	<u>(31.048)</u>	<u>(43.866)</u>	<u>(34.311)</u>
Receita operacional líquida	<u>3.110.853</u>	<u>2.939.676</u>	<u>3.933.451</u>	<u>3.399.308</u>

25 Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Custo com pessoal	457.034	452.654	652.112	573.384
Custo com material	536.992	500.940	701.324	611.270
Custo com serviços e utilidades	839.317	793.421	987.233	876.229
Custo com depreciações e amortizações	142.619	143.252	155.870	150.912
Gastos gerais	<u>32.788</u>	<u>19.162</u>	<u>40.141</u>	<u>26.785</u>
	<u>2.008.750</u>	<u>1.909.429</u>	<u>2.536.680</u>	<u>2.238.580</u>

26 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Despesas com pessoal	284.824	236.392	347.515	286.403
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus	54.733	51.027	70.409	54.512
Plano de opção de compra de ações	95.795	3.613	95.795	3.613
Serviços e utilidades	169.864	122.723	210.108	153.321
Propaganda e publicidade	37.321	34.515	41.394	37.725
Despesas com transporte	58.815	56.527	66.718	63.666
Depreciações e amortizações	94.561	71.221	103.934	76.944
Impostos e taxas	19.910	5.465	21.413	10.373
(Reversão) / provisão diversas	(36.144)	61.053	(45.882)	58.814
Despesas gerais	<u>115.911</u>	<u>61.897</u>	<u>134.663</u>	<u>77.725</u>
	<u>895.590</u>	<u>704.433</u>	<u>1.046.067</u>	<u>823.096</u>

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Despesas financeiras				
Juros	(149.098)	(176.417)	(158.869)	(184.599)
Variações cambiais e monetárias passivas	(2.653)	(1.844)	(2.760)	(1.910)
Ajuste a valor presente - AVP	(11.419)	(10.792)	(11.419)	(10.331)
Despesas bancárias	<u>(24.633)</u>	<u>(20.301)</u>	<u>(27.164)</u>	<u>(23.843)</u>
	(187.803)	(209.354)	(200.212)	(220.683)
Receitas financeiras				
Juros	35.257	57.244	47.561	63.241
Variações cambiais e monetárias ativas	358	253	406	257
Outros	<u>209</u>	<u>1.550</u>	<u>589</u>	<u>1.648</u>
	<u>35.824</u>	<u>59.047</u>	<u>48.556</u>	<u>65.146</u>
	<u>(151.979)</u>	<u>(150.307)</u>	<u>(151.656)</u>	<u>(155.537)</u>

28 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	151.807	181.201	194.031	180.528
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	(51.614)	(61.608)	(65.970)	(61.380)
Exclusões (adições) permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	33.251	384	-	-
Juros sobre capital próprio	59.500	14.347	59.500	14.347
Despesas indedutíveis (i)	(2.160)	(1.990)	(2.332)	(2.101)
Outros ajustes				
Lucro presumido (ii)	-	-	5.107	4.057
Outros	(6.406)	(891)	(5.028)	(993)
	<u>32.572</u>	<u>(49.758)</u>	<u>(8.724)</u>	<u>(46.070)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(6.832)	(30.628)	(13.946)
Impostos diferidos	<u>32.572</u>	<u>(42.926)</u>	<u>21.904</u>	<u>(32.124)</u>
Total	<u>32.572</u>	<u>(49.758)</u>	<u>(8.724)</u>	<u>(46.070)</u>
Alíquota efetiva	<u>21%</u>	<u>-27%</u>	<u>-4%</u>	<u>-26%</u>

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como: despesas com multas, doações, brindes e certas provisões;
- (ii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 8% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2018 e 2017 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária do País.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Balanco Patrimonial Controladora		Resultado
	31/12/18	31/12/17	Controladora 31/12/18
Prejuízo fiscal e base negativa	345.626	210.085	135.541
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos	26.030	36.070	(10.040)
Provisão serviços médicos especializados	14.580	14.185	395
Provisões diversas	61.188	17.971	43.217
Provisões para obsolescência	3.152	3.272	(120)
Ajuste a valor presente - AVP	4.730	1.935	2.795
Provisão para contingências	28.392	31.316	(2.924)
Reversão da vida útil do imobilizado	16.855	10.185	6.670
Outros	547	1.202	(655)
Intangível identificado nas aquisições de participações	-	3.168	(3.168)
Diferido na incorporação reversa de controlada	291.202	353.369	(62.167)
Amortização de ágio	(565.186)	(497.558)	(67.628)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(66.187)	(69.643)	3.456
Reversão da vida útil do imobilizado	(2.729)	-	(2.729)
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	158.200	115.557	
			42.643
Variação patrimonial que não afeta resultado			
Imposto diferido s/prejuízo fiscal utilizado na liquidação do PERT			315
Imposto de renda e contribuição social diferido - Variações resultado			42.958
<u>Reconciliação do Ativo (Passivo) fiscal diferido</u>			
Saldo de Abertura - 31 de dezembro de 2017	115.557		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	42.958		
Impostos diferidos utilizado na liquidação do Pert	(315)		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	158.200		

	Balço Patrimonial Consolidado		Resultado Consolidado
	31/12/18	31/12/17	31/12/18
Prejuízo fiscal e base negativa	354.766	223.852	130.914
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos	30.361	46.484	(16.123)
Provisão serviços médicos especializados	14.580	14.185	395
Provisões diversas	61.357	21.332	40.025
Provisões para obsolescência	3.152	3.272	(120)
Ajuste a valor presente - AVP	4.730	8.454	(3.724)
Provisão para contingências	28.399	25.567	2.832
Reversão da vida útil do imobilizado	14.219	10.049	4.170
Outros	547	1.183	(636)
Intangível identificado nas aquisições de participações	-	3.168	(3.168)
Diferido na incorporação reversa de controlada	291.202	353.369	(62.167)
Amortização de ágio	(573.458)	(498.993)	(74.465)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(67.559)	(74.267)	6.708
Reversão da vida útil do imobilizado	(2.729)	-	(2.729)
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	159.566	137.655	
			21.911
Varição patrimonial que não afeta resultado			
Imposto diferido s/prejuízo fiscal utilizado na liquidação do PERT			315
Imposto de renda e contribuição social diferido - Variações resultado			22.226
Reconciliação do Ativo (Passivo) fiscal diferido			
Saldo de Abertura - 31 de dezembro de 2017	137.655		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	22.226		
Impostos diferidos utilizado na liquidação do Pert	(315)		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	159.566		

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos impostos diferidos durante o período findo em 31 de dezembro de 2018.

29 Instrumentos financeiros

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- risco de mercado
- risco de liquidez
- risco de crédito
- risco operacional

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta por meio da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração e comitês institucionais, os quais são responsáveis, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

Riscos de mercado

Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

- a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações.
- b) Risco de mercado de juros: Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de liquidez, por meio de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do

cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Companhia.

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

- a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);
- b) Gerenciamento de caixa de longo prazo – Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;
- c) Manutenção de um caixa mínimo – Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;
- d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros consolidados contratados em 31 de dezembro de 2018:

Consolidado	Vencimento				
Operação	2019	2020	2021 a 2022	2023 em diante	Total
Fornecedores	360.817	21.160	10.709	-	392.686
Empréstimos bancários e financiamentos	281.759	60.325	11.917	16.741	370.742
Debêntures	165.741	274.275	682.558	1.049.960	2.172.534
Impostos parcelados	5.714	3.409	4.530	7.460	21.113
Contas a pagar por aquisição de controladas	<u>53.720</u>	<u>24.907</u>	<u>15.870</u>	<u>47.837</u>	<u>142.334</u>
	867.751	384.076	725.584	1.121.998	3.099.409

Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará por meio do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosas e cheques.

A Companhia e suas subsidiárias estão subordinadas à política de crédito fixada por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosas e cheques devolvidos na controladora que representam 9,09% (13,34% em 31 de dezembro de 2017) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito, e no consolidado de 10,52% (15,81% em 31 de dezembro de 2017) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 1.442.959 (R\$ 1.299.624 em 31 de dezembro de 2017) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

a. Os valores estão informados líquidos dos custos de transação.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O resumo da nova classificação é como segue:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalente de Caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
TVM – Títulos públicos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
TVM - Aplicações financeiras com garantias	Ativos mantidos até o vencimento	Valor justo por meio do resultado
Outros créditos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Arrendamento Mercantil Operacional	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores consolidados de R\$ 1.055.368 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 600.468 em 31 de dezembro de 2017).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve alteração de classificação de níveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras e atrelados à variação do dólar para Empréstimos bancários e financiamentos e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras consolidadas, ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. Por não gerar resultado financeiro, as aplicações que garantem os pagamentos de contingências que vierem a ser exigidos de empresas adquiridas, R\$ 43.818 em 31 de dezembro de 2018, não foram

consideradas nesta projeção.

Operação	Saldo em 31/12/18	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	1.097.254	CDI	78.234	58.676	39.117
			7,13%	5,35%	3,57%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas no consolidado, ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/18	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Debêntures	2.175.351	CDI	155.103	193.878	232.654
Notas promissórias	330.806	CDI	23.586	29.483	35.380
			7,13%	8,91%	10,70%

(a) Taxa sujeita à variação

30 Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

a) Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a Companhia e empresas relacionadas

	Ativo circulante clientes		Passivo circulante – Outras contas a pagar		Receita de serviços		Custos dos serviços prestados	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CientificaLab	1.292	225	-	-	5.745	3.169	573	153
CERPE	-	186	-	-	2.172	2.730	-	-
Previlab	525	89	-	-	6.112	6.352	-	-
Gaspar	237	241	-	-	3.224	2.557	-	-
Gilson Cidrim	-	199	-	-	1.107	1.303	-	-
Oswaldo Cruz	-	110	-	-	78	842	-	-
Leme	-	258	-	-	3.214	2.819	-	-
Vital Brasil	-	84	-	-	60	340	-	-
Salomão Zoppi	230	-	-	-	1.790	-	-	-
Santa Luzia	543	140	-	-	1.836	140	-	-
MOB	234	34	-	-	1.142	34	-	-
Deliberato	107	-	-	-	416	-	-	-
Padrão Ribeirão	9	-	-	-	10	-	-	-
Valeclin	4	-	-	-	5	-	-	-
CRMI Petrópolis	-	-	72	351	-	-	773	914
DASA RE (i)	-	-	67	76	-	-	924	638
Insitus (ii)	-	-	-	-	-	-	14	-
	<u>3.181</u>	<u>1.566</u>	<u>139</u>	<u>427</u>	<u>26.911</u>	<u>20.286</u>	<u>2.284</u>	<u>1.705</u>

(i) Valores correspondentes a operações de aluguel de imóveis.

(ii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Contratos de mútuos entre a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018

A companhia possui contrato de mútuo com a sua controlada Santa Luzia no montante de R\$ 34.154 com vencimento para 2020, com taxas remuneratórias de 120% do CDI.

c) Remuneração da administração

A remuneração total da administração foi de R\$ 15.088 no exercício de 2018 (R\$ 21.350 no exercício de 2017), incluindo a remuneração fixa e gratificações, sendo R\$ 3.240 no exercício de 2018 (R\$ 4.166 no exercício de 2017) para membros do Conselho de Administração (contou com 3 membros no exercício de 2018 e 3 no exercício de 2017), e de R\$ 11.848 no exercício de 2018 (R\$ 17.184 no exercício de 2017) para diretores estatutários (contou com 11 diretores estatutários no exercício de 2018 e 10 diretores no exercício de 2017), e estão contabilizadas na rubrica de Despesas gerais e administrativas nas demonstrações do resultado.

d) Operações realizadas entre a Companhia e outras partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas acordadas entre as partes, vigentes nas respectivas datas, e em condições de continuidade. As partes relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras individuais são:

- **Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda.:** Empresa controlada por Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria regional especializada em gestão de empresas no ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região onde atua a Previlab e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.
- **Medparts Participações e Negócios Ltda.:** Empresa controlada pelo Dr. Luciano Flávio Freitas de Almeida, quotista do Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. – CERPE, que presta serviço à Companhia e sua controlada CERPE, em consultoria regional especializada em gestão de empresa do ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.
- **Amar Administradora de Bens Próprios Ltda.:** empresa de propriedade do Dr. Alcione Moya Aprilante e sua esposa, Melania Angelieri Cunha Aprilante. O Dr. Alcione é quotista da Previlab (empresa controlada pela Companhia) que é locadora dos imóveis de propriedade da AMAR que pertenciam à Melania Angelieri Cunha Aprilante.
- **César Antonio Biazio Sanches:** Quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., proprietário do imóvel locado por Previlab, empresa controlada pela Companhia.
- **A e C Consultores Ltda.:** Empresa controlada por Cesar Antonio Biázio Sanches, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria e assessoria empresarial na área de atividades da Previlab e de serviços de consultoria, instrução, treinamento e avaliação dos profissionais do quadro de empregados da Previlab e de seus prestadores de serviços.
- **Pesmed – Pesquisas e Serviços Médicos Ltda.:** Empresa que tem como sócio o Sr. Emerson Leandro Gasparetto, diretor médico executivo da Companhia (eleito em 26 de março de 2012) e sua esposa, também profissional médica, a Dra. Taisa Pallu Davaus Gasparetto, ambos remunerados pela prestação de serviços de consultoria em estudos e pesquisas médicas para a Companhia. Os valores são calculados com base no número de laudos efetivamente produzidos pela Pesmed, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.
- **RMR Ressonância Magnética Ltda.:** Empresa que tem como sócios detentores conjuntamente de 80% do seu capital social, irmãos do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética para a Companhia. Os valores são calculados com base na receita do serviço de ressonância magnética e número de laudos produzidos pela RMR, observado

o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **Ultrascan Serviços de imagem Ltda.:** Empresa que tem como sócio Eduardo Luiz Primo de Siqueira que também é detentor de 7,5% da Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda., que presta serviços médicos na área de imagens para a controlada Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de imagem e número de laudos produzidos pela Ultrascan, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da empresa controlada e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da empresa controlada.
- **ECRD – Serviços Médicos de Radiologia Ltda.:** Empresa que tem como sócio Roberto Cortes Domingues irmão do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que presta serviços médicos na área de ressonância magnética e radiologia para a Companhia.
- **Grupo Amil (Amil Internacional; Amil Par; Amico e Dix):** O espólio do Sr. Edson de Godoy Bueno, juntamente com Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionista da Companhia e do Grupo Amil, para o qual a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica. A Companhia e suas controladas também contrataram do Grupo Amil serviços de administração de plano de saúde para seus funcionários.
- **Amil Impar:** O espólio do Sr. Edson de Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas da Companhia e também controladores de Amil Impar, que detém participações em hospitais onde a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica.
- **PTR 7 Investimentos Imobiliários Ltda. (antiga Patrys Investimentos Imobiliários Ltda.):** O espólio do Sr. Edson de Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas Companhia e também controladores da empresa PTR7, a qual tem imóveis locados com a Companhia e suas controladas.
- **Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.:** Empresa que presta serviços de limpeza e conservação para a Companhia, controlada pelo Sr. Rodolpho Ricci, primo do CEO da Companhia.
- **Connect Care Serviços Médicos Ltda.:** Empresa prestadora de serviços tem como controlador Fernando Domingues, filho do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia.
- **BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Empresa controlada pelo Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que mantém contrato de locação de imóvel com a Companhia.
- **Seven Seas Partner - Saúde e Prevenção Ltda-ME:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pelo Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que mantém contrato de prestação de serviços
- **EG1 Consultoria e Serviços Médicos Ltda. - EPP:** Empresa prestadora dos serviços de coordenação dos elementos relacionados aos exames de neuroradiologia, que tem como controlador Sr. Leonardo Modesti Vedolin, diretor de produção dos serviços de radiologia e diagnósticos por imagem da Companhia.
- **VIDA - Posto de Coleta Ltda.:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pela Dra. Natasha Shhessarenko Fraife Barreto, diretora médica da Companhia, que mantém contrato de prestação de serviços.
- **JNZ Participações:** Empresa que mantém contrato de locação de imóveis com o Laboratório Médico Santa Luzia S/A. A JNZ tem como sócios: Alexandra Zunino, Daniela Zunino, Gisele Zunino, Marlene Zunino e Gabriel Zunino, que também são detentores de 49,99% da controlada da Companhia o Laboratório Médico Santa Luzia S/A.
- **Track Imports, Com. e Importação Ltda.:** Empresa que realiza a importação de bens e serviços a controlada da Companhia, Laboratório Médico Santa Luzia S/A, tem como sócio o Sr. Gabriel Zunino, que também mantém participação na controlada da Companhia, Laboratório Médico Santa Luzia S/A.

A seguir, estão demonstrados os valores das operações realizadas com as empresas acima:

	Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2018			Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2017		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
Link Consult. em Medicina Diag. Ltda.	(16)	-	-	(16)	-	-
Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(31)	-	-	(30)	-
César Antonio Biazio Sanches	-	(6)	-	-	(8)	-
A e C Consultores Ltda.	(31)	-	-	(31)	-	-
Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix) (a)	169.984	-	-	100.531	-	-
AMIL Impar (a)	21.732	-	-	15.931	-	-
PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.294)	-	-	(1.294)	-
Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	(65)	-	-	(3.027)	-	-
BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(162)	-	(137)	-	-
Seven Seas Partner Saúde e Prev. Ltda.	(57)	-	-	(50)	-	-
VIDA - Posto de Coleta Ltda.	(30)	-	-	(13)	-	-
JNZ Participações S/A	-	(100)	-	-	-	-

- (b) O valor informado de saldos ativos por serviços prestados pela Companhia e suas controladas é líquido da provisão por glosa, bem como, de descontos financeiros.

	Receitas / (Despesas) 31/12/2018			Receitas / (Despesas) 31/12/2017		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
Link Consult. em Medicina Diag. Ltda.	(207)	-	-	(179)	-	-
Medparts Particip. e Negócios Ltda.	(232)	-	-	(310)	-	-
Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(275)	-	-	(356)	-
César Antonio Biazio Sanches	-	(60)	-	-	(96)	-
A e C Consultores Ltda.	(332)	-	-	(356)	-	-
Pesmed – Pesq. e Serv. Médicos Ltda.	(576)	-	-	(495)	-	-
RMR Ressonância Magnética Ltda.	(1.618)	-	-	(2.149)	-	-
Ultrascan Serviços de imagem Ltda.	(212)	-	-	(291)	-	-
ECRD Serv. Médicos de Radiologia Ltda.	(1.261)	-	-	(2.515)	-	-
Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix)	553.621	-	(31.532)	633.729	-	(41.352)
AMIL Impar	52.463	-	-	58.535	-	-
PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(7.813)	-	-	(15.200)	-
Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	(11.022)	-	-	(17.556)	-	-
BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.408)	-	(1.609)	-	-
Seven Seas Partner Saúde e Prev. Ltda.	(611)	-	-	(542)	-	-
EG1 Consult. e Serviços Médicos Ltda.	-	-	-	(524)	-	-
VIDA - Posto de Coleta Ltda.	(187)	-	-	(20)	-	-
Alexandre de Barros Serviços Adm. Eireli ME	(400)	-	-	-	-	-
JNZ Participações S/A	-	(900)	-	-	-	-
Track Imports, Com. e Imp. Ltda.	(77)	-	-	-	-	-

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, o total de cobertura de seguros era de R\$ 345.895, sendo R\$ 50.000 para lucros cessantes e R\$ 295.895 para danos materiais.

32 Eventos subsequentes

Aquisição controlada - DB Genética Serviços Laboratoriais Ltda.

Em reunião do conselho de administração realizada em 01 de fevereiro de 2019, foi aprovada a aquisição de participação societária representativa de 75% do capital da DB Genética Serviços Laboratoriais Ltda., sociedade empresária limitada, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A administração da Companhia avaliará se a aquisição enquadra-se nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e, sendo esse o caso, a submeterá à ratificação pelos acionistas da Companhia em assembleia geral.

* * * *

Pedro de Godoy Bueno
Diretor Presidente

Carlos de Barros Jorge Neto
Diretor Geral

Tiago Garcia Moraes
Superintendente Administrativo Financeiro
CRC 1SP280542/O